

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA CONTEXTUALIZADO EM UMA REALIDADE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS

Anelise Aguilera da Silveira

liselise.silveira@yahoo.com.br

Universidade Federal de Pelotas/RS/Brasil

Maria Sibilla Dieckmann Siqueira

sibilla51@hotmail.com

Universidade Federal de Pelotas/RS/Brasil

RESUMO

Os governos se utilizam de um conjunto de ações e decisões que visam promover o bem estar da sociedade, estas ações metas ou planos são chamadas de Políticas Públicas. Entretanto existem vários fatores que podem interferir no sucesso ou no alcance dessas ações. Dentre muitos programas criados pelo Governo Federal, o Programa Bolsa Família - PBF é um programa social instituído com objetivo de redistribuir a renda, tornando a distribuição da riqueza do país mais igualitária possível. Nesse cenário se insere este artigo, que tem como objetivo verificar se PBF está atingindo os resultados a que se propões, ou seja, se o valor percebido é possível retirar famílias que vivem em situação de pobreza ou extrema miséria. Para atingir esse objetivo foram utilizados como fonte de dados documentos relativos ao programa, e a realização de entrevistas com famílias beneficiárias do programa, residentes próximas a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Irene, localizada na Vila Pestano, na cidade de Pelotas. Considerando análise descritiva dos dados, os mesmos serviram para identificar o grau de satisfação das famílias, pois consideram o programa como “bom”, além disso, pode-se dizer que o conjunto de efeitos que o programa traz potencializa fatores fundamentais para o desenvolvimento da região, onde foi desenvolvida pesquisa.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Miséria; Condicionalidades.

ABSTRACT

Governments make use of a set of decisions and actions to promote the welfare of society, these actions are called goals or plans for Public Policy. However there are several factors that can affect the success or extent of such actions. Among many programs created by the federal government, the Bolsa Familia - PBF is a social program established with the objective of redistributing income, making the distribution of the country's wealth more equally possible. In this scenario incorporates this article, which aims to check whether GMP is achieving the results it proposes, ie, if the perceived value is possible to remove families living in poverty or extreme poverty. To achieve this objective we have used as a data source program documents, and interviews with beneficiary families in the program, residents near the Municipal School of St. Irene Elementary School, located in Vila Pestano in the city of Pelotas. Considering descriptive analysis, they served to identify the degree of satisfaction of families as they consider the program as "good", in addition, it can be said that the whole purpose of the program brings leverages key factors for the development of region, where it was developed research.

Keywords: Family Grant Program; Misery; Conditionalities.

1 INTRODUÇÃO

Para promover o bem estar da sociedade e atingir resultados positivos em diversas áreas, os governos se utilizam de Políticas Públicas, que podem ser definidas como um conjunto de ações e decisões do governo voltadas para a solução ou não de problemas da sociedade. Ou seja, são ações, metas e planos que os governos nacionais, estaduais e municipais traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, no entanto este bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não por ela própria (SEBRAE/MG, 2008).

Contudo, as sociedades contemporâneas se caracterizam por sua diversidade, tanto em termos de idade, religião, etnia, língua, renda, profissão, como de ideias, valores, interesses e aspirações. Fatores estes que interferem no sucesso ou no alcance dos objetivos dessas políticas ou ações propostas pelos governos, nos diferentes âmbitos.

Dentre muitos programas criados pelo Governo Federal, o Programa Bolsa Família - PBF é um programa social instituído com objetivo de redistribuir a renda na economia, tornando a distribuição da riqueza do país mais igualitária possível. Esta redistribuição é feita através da receita proveniente da tributação dos impostos: IPTU, PIS, COFINS, INSS, tributações bancárias IOF, CPMF e principalmente a tributação sobre o IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF. (MARCON, 2010).

O Programa Bolsa Família – PBF é um programa de transferência direta de renda que surgiu em 2003, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A partir de políticas públicas de assistência social desenvolvidas nos anos 90 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com o fim de beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza ou miséria em todo o País. E está baseada na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

Na reportagem “Pobreza e desigualdade tem múltiplas causas” de Correia (2012, s.p.) são mencionados cientistas políticos que contextualizaram e citaram políticas públicas federais e a situação sócia econômica do Brasil. Spradel citada por Correia (2012) explica que as políticas adotadas pelo governo brasileiro têm ajudado o País a reduzir as desigualdades. “Com os programas de transferência de renda do governo e outros programas sociais como o “microcrédito” e o “Luz para Todos”, tem ocorrido uma mudança importante na conjuntura nacional”.

Musse, citada por Correia (2012), por exemplo, lembra que houve avanços, “mas não com a rapidez e na dimensão que seria necessário para um país mais justo.” Já Mello, também citada por Correia (2012) destaca que a renda está concentrada nas mãos de poucos. “Falta os responsáveis políticos colocar o público acima do privado.”

Economista da UNICAMP, relata que a solução para tal problema é possível de se prever

Não se reverte um quadro de pobreza de um país de uma hora para outra. Mas precisamos de um crescimento maior, porque temos que solucionar, pelo menos, a questão do emprego. E, além disso, investir em um conjunto de políticas que permitam melhorar as condições de vida da população mais pobre. (HENRIQUE apud CORREIA, 2012 s.p.).

O conjunto de políticas públicas adotadas pelo governo federal especificamente o Programa Bolsa Família será objeto de análise no âmbito do município de Pelotas, usando como recorte famílias beneficiárias do PBF, que possuem filhos matriculados regularmente na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Irene, situada na Vila Pestano, no Bairro Três Vendas.

Com base no censo de 2010 que aponta ter a cidade de Pelotas 328.275 habitantes e dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, o PBF beneficiou, no mês de ago/2012, 12.987 famílias, representando uma cobertura de 73,4 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 122,68e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 1.593.224 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, 2012).

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de Maio/2012, atingiu o percentual de 94,85%, para crianças e adolescentes entre seis e 15 anos, o que equivale a 16.284 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 17.168. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 82,73%, resultando em 2.027 jovens acompanhados de um total de 2.450 (UCPEL, Observatório de Política Social, 2012).

Para implementar políticas específicas que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que as famílias estão expostas, o governo federal criou um sistema informatizado denominado Cadastro Único – Cad Único. Deste modo constitui-se num instrumento classificador das famílias que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

Os critérios para inserção das famílias no Cadastro Único segundo o Decreto nº 6.135 de 26 de Junho de 2007, diz que as famílias de baixa renda para sejam incluídas deverão ser aquelas com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo e as que possuam renda familiar mensal de até três salários mínimos.

Além disso, famílias com renda superior a três salários mínimos poderão ser incluídas no Cad Único, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados por quaisquer dos três entes da Federação. Sendo assim, as famílias com renda mensal total superior a três salários mínimos só devem ser cadastradas por demanda para programas específicos, como os programas de habitação e saneamento que utilizem os registros do Cadastro Único para a seleção das famílias.

Entretanto, o público preferencial do Cadastro Único continua sendo composto pelas famílias com renda mensal até meio salário mínimo por pessoa. Os municípios devem continuar com a estratégia de cadastramento focada nas famílias que se enquadram nesse perfil. Além disso, devem-se cadastrar idosos com 60 anos ou mais, com renda individual mensal igual ou inferior a dois salários mínimos e sem meios de comprovação de renda, para emissão da Carteira do Idoso.

Relacionando o Cad Único com o Programa Bolsa Família, o cadastramento não significa a inclusão imediata no Programa ou em outros programas sociais. O PBF somente é concedido para as famílias com renda familiar por pessoa até R\$ 140,00.

Não há prazo fixado para concessão do benefício do Bolsa Família para as famílias cadastradas. Para começar a receber o benefício, a família precisa aguardar que o sistema analise as informações do Cadastro Único. A ordem de concessão de benefício é baseada na renda identificada pelos dados inseridos no sistema, e não é por ordem cronológica.

O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como PBF, contando com mais de 21 milhões de famílias inscritas (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011).

A Política de Assistência Social se concretiza através de ações de prevenção, proteção, promoção e inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social na busca pelo resgate do direito de cidadania. Essas ações se efetivam por um conjunto de Serviços, Programas, Projetos e Benefícios.

O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS - integra a Política de Assistência Social da cidade de Pelotas, a qual se vincula à Secretaria Municipal de Cidadania da Prefeitura Municipal de Pelotas (PELOTAS, 2012).

CRAS é a porta de entrada do cidadão para a assistência social, facilitando o acesso aos direitos básicos. Os serviços são realizados e supervisionados por equipes técnicas formadas por assistentes sociais, pedagogas, psicólogas e orientadoras educacionais. O serviço envolve proteção e atendimento integral das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e de outros programas, tais como Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Benefício de Prestação Continuada – BPC, Famílias em descumprimento de Condicionalidades do PBF, e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PET. (Prefeitura Municipal de Pelotas, 2008).

Frente ao exposto, este artigo tem como objetivo analisar se o PBF está atingindo as metas para o qual foi criado, na visão de um grupo de beneficiários da cidade de Pelotas. O objetivo é estudar alguns aspectos do Programa Bolsa Família, o qual é um e é um programa do Governo Federal que consiste na transferência de renda, com funções sócio-educativas, que faz parte das políticas de redistribuição de renda do governo federal brasileiro. Esse programa tem seu princípio básico fundamentado nas transferências de recursos para as famílias de baixa renda com a contrapartida de que as crianças cumpram o programa de saúde ofertado gratuitamente e permaneçam na escola para o usufruto do benefício.

Este trabalho busca apontar através dos dados obtidos por meio de questionário, aplicado ao responsável pela família, pertencente ao grupo estudado, se o objetivo que o PBF se propõe está atingindo os resultados esperados, ou seja, com o valor percebido é possível retirar famílias que vivem em situação de pobreza ou extrema miséria. E analisar se as famílias cumprem as condicionalidades impostas pelo programa.

2 BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA E SEU PROJETO PEDAGÓGICO - PP

É importante neste momento fazer um breve histórico do espaço onde será realizada a pesquisa, no sentido de contextualizá-lo. Ou seja, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Irene – E.M.E.F. No ano de 2010 esta Unidade Escolar através da sua equipe diretiva construíram um Projeto Pedagógico¹ - PP. “O mesmo foi elaborado a partir dos anseios dos diferentes segmentos da comunidade escolar, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases – LDB e com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a fim de nortear a prática pedagógica e apresentar caminhos para a construção da escola que almejamos.”

A Escola Municipal Santa Irene, está situada à Rua Três, nº 511, Vila Pestano, Bairro Três Vendas, encontra-se em seu décimo primeiro ano ocupando as antigas dependências da escola Francisco Carúccio, ociosas desde a sua mudança para outro prédio. A estrutura depredada foi reformada para atender a crescente demanda de alunos das vilas Pestano e Getúlio Vargas, sendo as outras instituições de ensino já existentes são insuficientes para abrigá-los. A Escola recebeu o nome de outra escola desativada, antes situada à vila Sanga Funda, para agilizar a tramitação burocrática, dada a urgência de sua ativação.

Por estar situada na zona periférica da cidade, apresenta grandes problemas de infraestrutura, com ruas sem calçamento e mal iluminadas, falta de saneamento básico, muitas residências sem luz elétrica e água encanada. As famílias atendidas na escola são, em média, compostas por cinco pessoas, com renda familiar entre duzentos e quinhentos reais. Nessa

¹Dados retirados do Projeto Pedagógico da Escola (Análise documental).

comunidade encontramos uma série de problemas sociais, como desemprego, violência e fome.

Considerando a realidade em que a escola está inserida e vendo a necessidade de não apenas conhecê-la, mas de transformá-la, assumindo a responsabilidade da mudança, da construção de um mundo mais justo, mais digno, mais humano, o PP busca apresentar a escola como um caminho a não marginalidade, oferecendo ao aluno um espaço democrático, participativo, inclusivo, fomentador de sua capacidade crítico criativa, desenvolvendo potencialidades, valorizando o indivíduo, resgatando sua autoestima e sua confiança na escola e no caráter decisivo da ascensão social, onde o sonho de uma vida melhor contagia a todos e se faça realidade, ultrapassando suas fronteiras.

O projeto pedagógico busca a valorização do ser humano através de trabalhos interdisciplinares, utilização de temas geradores, construção coletiva de projetos para a aplicação do saber escolar na transformação da realidade. Assim como, o abandono dos modelos educacionais obsoletos, reprodutivistas e mantenedores das práticas sociais que levam à desigualdade, à opressão e à desumanização.

Os casos de baixa frequência são enviados ao Serviço de Orientação Educacional, que entra em contato com as famílias e, quando necessário, encaminha ao conselho Tutelar através da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente - FICAI e recuperação de frequência conforme legislação vigente.

O estudo da política pública do Programa Bolsa Família se faz importante diante da realidade apresentada pelo Projeto Pedagógico que motivou a análise das famílias vinculadas a esta Escola (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SANTA IRENE, 2010).

3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Este programa surgiu como política de combate à pobreza, primeiro no plano local, em meados dos anos de 1990, como ações de garantia de renda mínima ou do tipo "bolsa escola". Uma experiência pioneira foi a de Campinas, posteriormente Ribeirão Preto, Santos, e no Distrito Federal, no governo de Cristovam Buarque. A ideia inovadora do Bolsa Escola foi vincular o benefício em dinheiro dado às famílias pobres ao compromisso de manter as crianças na escola e atualizada a carteira de vacinação e o acompanhamento pré-natal. Essas medidas foram tomadas como forma de combater o trabalho e a mortalidade infantil e o analfabetismo no Brasil.

Os programas de transferência condicionada de renda inserem-se em um novo padrão de programas sociais voltados à população mais pobre. Inspirados no projeto de imposto de renda negativo do senador Eduardo Suplicy. Os programas federais são decorrentes, primeiro com o Programa Bolsa Escola, em 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso, e depois com a unificação das diversas ações que juntou os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, estes também integrantes da Rede de Proteção Social criada por FHC. Após surgiu o Programa Bolsa Família que aumentou o seu escopo e relevância, no âmbito do PBF, em 2003, já no governo do presidente Lula. De experiências pioneiras e pontuais, os programas de transferência de renda tornaram-se o "carro-chefe" da rede de proteção social brasileira.

A criação do PBF, no entanto, não pode ser entendida como uma mera unificação dos programas anteriores. Em especial, houve mudança de concepção o que diz respeito ao atendimento de toda a família, e não de seus membros isoladamente, à superação de divergências de critérios de elegibilidade e de sobreposição de público-alvo, à ampliação de cobertura e de recursos financeiros alocados.

De acordo com o Art. 2º § 1º da Lei nº 10.836, de nove de janeiro de 2004 descreve o conceito de família utilizada pelo Programa como sendo: “Família, a unidade nuclear eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS trabalha com cinco tipos de benefícios:

- Benefício Básico (no valor de R\$ 70,00 concedidos apenas a famílias extremamente pobres, com renda per capita igual ou inferior a R\$ 70,00);
- Benefício Variável (no valor de R\$ 32,00 concedidos pela existência na família de crianças de zero a 15 anos, gestantes e/ou nutrízes – limitado a cinco benefícios por família);
- Benefício Variável Vinculado ao Adolescente - BVJ (no valor de R\$ 38,00 concedidos pela existência na família de jovens entre 16 e 17 anos – limitada a dois jovens por família);
- Benefício Variável de Caráter Extraordinário - BVCE (com valor calculado caso a caso, e concedido para famílias migradas de Programas Remanescentes ao PBF); e,
- Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância - BSP (com valor correspondente ao necessário para que a todas as famílias beneficiárias do PBF – com crianças entre zero e seis anos – superem os 70,00 reais de renda mensal por pessoa).

É importante destacar que no ano de 2011 foi implantado o Retorno Garantido de famílias que tenham se desligado voluntariamente do PBF, bem como novas regras de reversão de cancelamento de benefícios. Por meio da Instrução Operacional nº 48, A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - Senarc/MDS, publicada em 13 de outubro de 2011, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome divulgou os procedimentos operacionais a serem adotados nestes casos, assegurando o retorno imediato de famílias que realizem o Desligamento Voluntário e futuramente possam necessitar retornar ao Programa,

A presidenta Dilma Rousseff assinou em 29 de novembro de 2012 uma medida provisória que amplia a Ação Brasil Carinhoso. A partir de agora, famílias com crianças e adolescentes de 7 a 15 anos também vão receber a complementação financeira que garante que todos os seus membros superem o patamar de R\$ 70,00 por mês, a exemplo do que ocorre desde junho do mesmo ano com aquelas que têm filhos até seis anos.

Com a expansão, 8,1 milhões de crianças de até 15 anos serão beneficiadas. No total, a complementação alcançará 16,4 milhões de brasileiros, fazendo com que superem a extrema pobreza. O benefício começou a ser pago a partir de 10 de dezembro. “O Brasil que todos queremos construir é um país de classe média e para isso colocamos como desafio a superação da extrema pobreza”, disse a presidenta. “O que estamos anunciando é um passo decisivo para a sociedade de classe média que queremos”. Cada pessoa dessas famílias terá sua renda complementada para receber R\$ 70,00 mensais, que é o limite para sair da extrema pobreza. Estamos “dando um passo decisivo para construir agora o futuro de nossas crianças e de jovens.” (BOLSA FAMÍLIA, 2014)

O Brasil Carinhoso faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. A previsão de investimento anual no Brasil Carinhoso era de R\$ 2,2 bilhões em sua primeira fase (crianças até seis anos), lançada em maio de 2012, agora em dezembro de 2012, passou para R\$ 3,94 bilhões. “Com o Brasil Carinhoso, enfrentamos uma das faces mais cruéis da miséria, aquele que atinge a infância”, acrescenta Campello (2012), ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. “O Censo 2010 mostrava que 42% dos extremamente pobres tinham menos de 15 anos. Não temos como tirar as crianças da miséria, sem retirar toda a família. Os resultados obtidos nos levaram a ampliar o Brasil Carinhoso.” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012)

A ação é construída sobre três pilares: renda entendida como Benefício de Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância – BSP; educação como sendo a ampliação da oferta de vagas em creches; e no quesito saúde medidas para enfrentar alguns dos principais problemas de saúde na infância.

O objetivo é garantir que todas as famílias extremamente pobres com uma ou mais crianças de até seis anos tenham renda mínima superior a R\$70,00 por pessoa. Ou seja, com o novo benefício, todos os membros dessas famílias superam a extrema pobreza.

O lançamento do BSP ressalta a importância das ações de Busca Ativa (para que haja cadastramento das famílias extremamente pobres e sua inclusão no Bolsa Família) e de atualização cadastral (para que famílias com filhos pequenos não deixem de receber o novo benefício) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2012).

Para tanto existe a responsabilidade por parte das famílias em relação ao cumprimento de uma agenda de atendimento nas áreas da saúde e da educação, voltada à melhora das condições para que crianças e jovens de famílias beneficiárias desfrutem de maior bem estar no futuro. Essa agenda na área da educação é a matrícula e a frequência escolar mínima de 85% das crianças e dos adolescentes entre seis e 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos integrantes das famílias beneficiárias.

Já na área de saúde, a agenda é o acompanhamento da vacinação e do crescimento e desenvolvimento das crianças até seis anos de idade e, ainda, da gravidez, parto e puerpério das mulheres. Além disto, também deve ser assegurado o compromisso da família de que as crianças não serão expostas ao trabalho infantil.

Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV do Peti e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

O poder público deve fazer o acompanhamento gerencial para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. A partir daí, são implementadas ações de acompanhamento das famílias em descumprimento considerado em situação de maior vulnerabilidade social.

A família que encontra dificuldades em cumprir as condicionalidades deve, além de buscar orientações com o gestor municipal do PBF, procurar o Centro de Referência de Assistência Social - Cras, o Centro de Referência Especializada de Assistência Social – Creas, ou a equipe de assistência social do município. O objetivo é auxiliar a família a superar as dificuldades enfrentadas.

Esgotadas as chances de reverter o descumprimento das condicionalidades, a família pode ter o benefício do Programa Bolsa Família bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado. Todas as informações relacionadas às condicionalidades das famílias podem ser encontradas no Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família - Sicon.

É competência dos gestores municipais acompanharem as condicionalidades e darem condições para que este acompanhamento ocorra com atribuições a cada nível de gestão (CASTANHA, s.d., s.p.).

Vale aqui colocar algumas considerações sobre o que é entendido por linha de pobreza. Salientamos que dificilmente podemos dar uma definição precisa sobre linha de pobreza e, extrema miséria. Pois por miséria ou extrema pobreza pode-se definir as pessoas que não têm renda suficiente para cobrir os custos mínimos de uma necessidade básica como alimentação (GARCIA, s.d., s.p.).

Ao longo do sec. XX no conceito de pobreza três concepções foram desenvolvidas: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa. (RAE, 2002)

A pobreza pode ser conceituada em pobreza relativa, que é a privação de capacidades, coelaborada por Amartyan Sen (1999), e a visão dos próprios pobres sobre “o que é ser pobre”, conforme estudos de Deepa Narayan (2000).

Do sec. XIX até a metade do sec. XX o enfoque da pobreza era somente manter os indivíduos no nível de sobrevivência, formulando-se o primeiro modelo de proteção social para o estado de bem estar, fundamentando políticas nacionais de assistência social.

A partir de 1970, houve novas exigências às necessidades básicas como serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura, que foram adotadas pelos órgãos internacionais integrantes da ONU ampliando a concepção de sobrevivência básica.

Num terceiro momento, a partir de 1980, ser pobre não implicava somente privação material. As privações sofridas são as que determinarão o posicionamento dos cidadãos nas demais esferas, dada à necessidade de definir o grau de extensão e severidade da participação das pessoas que não sofrem privação de recursos.

Com base nas definições do conceito de pobreza e suas concepções, desenvolvidas pelos autores Amartyan Sen e Deepa Narayan que desenvolveram trabalhos teóricos para o Banco Mundial e para a comunidade acadêmica internacional, Sen diz ser perigoso ver a pobreza como perspectiva limitada da privação de renda, e deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades de escolha que elas realmente têm (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Narayan, citado por Crespo e Gurovitz (RAE, 2012) apresenta uma definição resumida do conceito de pobreza dada pelos próprios pobres

Pobreza é fome é falta de abrigo”. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. “Pobreza é falta de poder, de representação e liberdade.

A miséria tem rostos e necessidades diferentes conforme a região. A realidade no campo é uma, na cidade é outra. Por isso, o Brasil Sem Miséria terá ações nacionais e regionais, baseadas em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos. No campo, o objetivo central será aumentar a produção dos agricultores. Na cidade, qualificar a mão de obra e identificar oportunidades de geração de trabalho de renda para os mais pobres. Simultaneamente, o Plano Brasil Sem Miséria vai garantir maior acesso da população mais pobre à água, luz, saúde, educação e moradia. A Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza é responsável pela coordenação das ações e gestão do Plano Brasil Sem Miséria. A Secretaria articula e mobiliza os esforços do governo federal, estados e municípios para a superação da extrema pobreza. E seu principal foco de atuação são os 16 milhões de brasileiros cuja renda familiar per capita, é inferior a R\$ 70,00 mensais, visando sua inserção na cidadania (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2011).

Os direitos sociais indicados no art.6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), trabalho, educação, saúde, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e infância e assistência aos desamparados, para sempre serem implementados necessitam de políticas públicas que organizem a atuação estatal na consecução de tais finalidades, num âmbito coletivo. Infere-se que para a concretização da ideologia assumida pela Constituição em termos de direitos sociais entram em cena as políticas públicas que emergem como meio primordial de legitimação do ente público em face dos administrados, em razão de ser o principal veículo de garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos.

O Brasil é um país que, sem dúvida, gasta com o social. Mas, há que se atentar para o fim deste gasto, afinal pobreza não se resolve só com dinheiro. Sendo assim, o governo deve aplicar investimentos na área da assistência social, sem assistencialismo, sob pena de destruir aqueles a quem se propõe socorrer.

4 METODOLOGIA

Foi realizada inicialmente uma pesquisa documental no sentido de obter informações sobre o PBF, e sobre a Escola, cujas famílias pesquisadas possuem filhos matriculados. Análise documental significa:

[...] consulta a documentos registros pertencentes ou não ao objeto de pesquisa estudado, para fins de coletar informações úteis para o entendimento e análise do problema. Faz parte do processo de conhecimento e identificação do problema, sem o qual a busca da solução será inócua e sem. No caso de documentos pertencentes ao objeto da pesquisa, devem ser pesquisados documentos que reflitam a natureza, a filosofia, a política da empresa, tais como: regimentos, estatutos, planos de cargos e carreiras, organogramas, contratos sociais (MICHEL, 2009 p.65).

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa:

[...] considera que há uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objeto de estudo. O ambiente da vida real é a fonte direta para obtenção dos dados, e a capacidade do pesquisador de interpretar essa realidade, com isenção e lógica, baseando-se em teoria existente, é fundamental para significado às respostas. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador participa, compreende e interpreta (MICHEL, 2009, p.36 e 37).

A metodologia utilizada para alcançar o objetivo proposto foi o desenvolvimento de uma entrevista com vinte famílias de alunos regularmente matriculados do 1º ao 4º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Irene, através de um roteiro estruturado com questões abertas e fechadas com o responsável pela família.

Os dados coletados foram analisados descritivamente tendo como norte o referencial teórico utilizado neste estudo.

O objetivo desse recorte é identificar as dificuldades enfrentadas pelas famílias ao longo do processo, desde a matrícula, onde são incluídas no programa, até receberem a primeira parcela do benefício.

Por ser uma comunidade com elevado índice habitacional e devido à escassez de tempo e de recursos foram entrevistadas famílias residentes próximas da E.M.E.F. Santa Irene

O grupo entrevistado foi escolhido por conveniência, no que se refere à acessibilidade, uma vez que todas as famílias contatadas possuem filhos estudando na escola acima citada, o que facilitou o contato com as famílias e a sua disponibilidade de responder a entrevista

Para Severino entrevistas estruturadas

[...] são aquelas em que as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna. Aproxima-se mais do questionário, embora sem a impessoalidade deste. Com questões bem diretas, obtém, do universo de sujeitos, respostas também mais facilmente categorizáveis, sendo assim muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais (SEVERINO, 2007, p.125).

As entrevistas foram o principal instrumento de coleta de dados, utilizado diretamente com os beneficiários. É composta por um total de doze questões. Sendo três questões iniciais

abertas, relacionadas à identificação do aluno e o número de pessoas que compõem a família. As demais cinco questões abertas questionam o valor percebido do benefício; o que deveria mudar ou melhorar no programa, e se as consequências do não cumprimento das condicionalidades acarretam bloqueio ou corte do benefício; as dificuldades encontradas pelas famílias para retornarem ao programa e, por fim sugestões ou comentários sugeridos pelos entrevistados sobre o PBF. E as demais quatro questões fechadas são de múltipla escolha.

Cabe ressaltar a preocupação em elaborar um roteiro de entrevistas simples e rápido de responder, em virtude dos escassos recursos financeiros e o curto espaço de tempo que os entrevistadores possuíam para aplicá-lo, e efetuar a análise necessária para a conclusão do mesmo.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados obtidos através das entrevistas foram analisados descritivamente a luz do referencial teórico utilizado para embasar o trabalho.

Na Tabela 1 são apresentados os dados referentes às particularidades que caracterizam as famílias dos respondentes na intenção de traçar um rápido perfil de quem são as famílias que fazem parte do programa.

Tabela 1 - Distribuição dos alunos por faixa etária

Faixa etária	Número de crianças	Porcentagem
6 a 8 anos e 11 meses	10	50%
9 a 12 anos	10	50%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa direta, 2013

Inicialmente se buscaram dados pessoais dos alunos da Escola citada no recorte sendo 50% crianças situadas na faixa etária dos seis aos oito anos e 11 meses; e os demais 50% na faixa etária dos nove aos doze anos.

Ao analisar as respostas obtidas observou-se que não houve concentração no grupo de alunos em função da idade.

De acordo com a Tabela 2 identifica-se que 10% dos alunos freqüentam o 1º Ano, no 2º Ano, 45%; no 3º Ano, 25%; e no 4º Ano, 20%; relativo às vinte famílias questionadas.

Tabela 2 – Distribuição dos alunos de acordo com o ANO matriculado

Ano	Número de crianças	Porcentagem
1º ano	02	10%
2º ano	09	45%
3º ano	05	25%
4º ano	04	20%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa direta, 2013

Fazendo referência à Tabela 2, destaca-se que 45% dos alunos freqüentam o segundo ano, isto significa que as mesmas estão em conformidade com a série e a idade escolar considerando-se a idade que as crianças devem ingressar na escola.

Procedendo a análise do estudo constatou-se que o número total de pessoas das famílias entrevistadas constitui-se em 106 integrantes, o que representa uma média de 5,3

pessoas por família, e deste número 86 integrantes se beneficiam com o Programa Bolsa Família, perfazendo uma média de 4,3 beneficiários.

Quanto ao tempo para receber o benefício houve uma disparidade, pois 70% de famílias levaram de um a seis meses, outras 25% levaram um a dois anos, enquanto somente uma família, que representa 5% levou quatro anos pra recebê-lo. Portanto isto significa que ao realizar o cadastro a inclusão não é imediata no programa, pois não existe um prazo fixado para a concessão do benefício para as famílias cadastradas (Tabela 3)

Tabela 3- Tempo que foi levado para receber o benefício

Tempo	Número de famílias	Porcentagem
1 a 6 meses	14	70%
1 ano a 2 anos	05	25%
4 anos	01	5%
Total:	20	100%

Fonte: Pesquisa direta, 2013

Para começar a receber o benefício, a família precisa aguardar que o sistema analise as informações do Cad Único. A ordem de concessão de benefício é baseada na renda identificada pelos dados inseridos no sistema, e não é por ordem cronológica.

A amostra apresentada na Tabela 4 revela que existe uma grande lacuna entre os valores recebidos pelos beneficiários, pois se encontrou apenas uma família, que corresponde a 5% percebendo um benefício no valor de R\$ 333,00 e em outro extremo, 35%, referindo-se a sete famílias que recebem R\$ 134,00.

Tabela 4 – Valor do benefício recebido

Valor do benefício	Número de famílias	Porcentagem
333,00	01	5%
221,00	02	10%
112,00	04	20%
160,00	06	30%
134,00	07	35%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa direta, 2013

Procedendo-se à análise das entrevistas, com relação às melhorias que o programa trouxe para as famílias mostramos na Figura 1 como ocorre esta distribuição de acordo com os dados fornecidos pelas famílias questionadas.

Figura 1 - Melhorias que o Programa trouxe para a família

Itens analisados	Número de famílias	Porcentagem
Casa	06	26,4
Aquisição de bens	06	26,4
Eletrodomésticos e eletrônicos	07	30,8
Alimentação	16	70,4
Vestuário	16	70,4
Lazer	03	13,2
Transporte	01	4,4
Higiene e beleza	03	13,2
Material escolar	19	83,6

Saúde (medicação)	09	39,6
Outros (gás e pagamento conta de luz)	02	8,8
Total	88	387,2

Fonte: Pesquisa direta, 2013

Conforme pode ser observado na Figura 1 um verifica-se que entre as melhorias que o Programa trouxe às famílias ressalta como prioridade a aquisição de material escolar, seguido de alimentação e vestuário. Os demais itens citados como transporte, gás e pagamento de conta de luz são mencionados apenas por três famílias

Dentre as famílias entrevistadas, de acordo com o objetivo do Programa, que é retirar as famílias da linha da miséria possibilitando a aquisição de alimentos, uma vez que os efeitos da desnutrição na capacidade de aprendizagem são vastos, o mesmo ultrapassou este objetivo, pois as famílias entrevistadas priorizaram a compra de material escolar.

Conforme Tabela 5, a faixa de rendimentos que é uma das condicionalidades para se obter o benefício está situada entre menos de um salário mínimo até um salário mínimo nacional, que na data da pesquisa era de R\$ 622,00 refere-se a 60% das famílias entrevistadas, onde neste recorte evidenciou-se uma família com rendimentos acima de três salários mínimos.

Tabela 5 – Faixa de renda familiar

Faixa de renda familiar	Número de famílias	Porcentagem
Até R\$ 311,00	05	25%
De 311,01 a 622,00	12	60%
De 622,01 a 1.244,00	02	10%
De 1.244,01 a 1.860,00	0	0
De 1.860,01 a 2.488,00	01	5%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa direta 2013

Num universo formado por vinte famílias, sendo que uma delas tem renda *per capita* acima do estipulado pelo programa e se este fato ocorrer de forma habitual vai acarretar num desequilíbrio econômico do Programa, pois o mesmo poderá deixar de atender a outras famílias que realmente necessitem do benefício.

Dentre os entrevistados que responderam sobre quanto deveria ser o valor real para atender suas necessidades básicas 65% que corresponde a 13 respondentes afirmam que o benefício satisfaz as necessidades da família. Não obstante do total de respondentes, 35% não consideram que o benefício satisfaça suas necessidades básicas, estes representam sete famílias.

Destas sete famílias que responderam que o benefício não satisfaz as necessidades identificamos na Tabela 6 os valores que segundo elas deveria ser o valor real para satisfazer as necessidades básicas das famílias, conforme o questionamento feito.

Tabela 6- Valor real para atender as necessidades básicas da família - em R\$

Famílias	Valores	Porcentagem
01 família	600,00	5%
01 família	1.000,00	5%
02 famílias	300,00	10%
02 famílias	400,00	10%
01 família	622,00	5%
Total 07 famílias	2.922,00	35%

Fonte: Pesquisa direta, 2013

Quando questionados sobre o que o programa deveria mudar ou melhorar encontramos diferentes opiniões. Das famílias entrevistadas 35% não souberam responder, outros 35% disseram que o valor do benefício deveria ser maior, e os 30% dos demais respondentes deram distintas respostas tais como:

“ o programa está bom”; *“acho que o programa deve avaliar melhor quem está recebendo o dinheiro, pois se sabe que tem muita gente que precisa e não recebe”;* *“ em vez de dar dinheiro, dar trabalho, pois pessoas que não precisam recebem e, outros utilizam o valor recebido pra beber no bar”;* *“controlar ou pesquisar sobre os valores recebidos porque existem famílias com muitos filhos e o valor é pouco”;* *“oferecer casas através do Bolsa Família”;* e finalizando as declarações *“oferecer cursos profissionalizantes”*.

Das as famílias entrevistadas 75% já teve o benefício bloqueado por não atenderem às condicionalidades como a frequência escolar, que na área da educação é a matrícula e a frequência escolar mínima de 85% das crianças e dos adolescentes entre seis e 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos. E também em algum momento, não atenderam as condicionalidades na área de saúde, que é a agenda e o acompanhamento da vacinação, do crescimento e desenvolvimento das crianças até seis anos de idade e, ainda, da gravidez, parto e puerpério das mulheres. Além da condicionalidade de renda mínima que tem por objetivo garantir que todas as famílias extremamente pobres com uma ou mais crianças de até seis anos tenham renda mínima superior a R\$ 70,00 por pessoa.

Enquanto que 25% das famílias questionadas responderam que nunca tiveram seu benefício bloqueado demonstrando que são poucos os que têm responsabilidade em relação ao cumprimento das condicionalidades exigidas pelo governo.

No entanto, 35% das famílias entrevistadas não enfrentaram problemas para obterem o retorno do benefício, pois as mesmas receberam com facilidade os benefícios atrasados. Já outros 40% dos entrevistados revelaram muitas dificuldades, quanto ao tempo para retornarem ao programa e obterem o ressarcimento dos valores bloqueados anteriormente e ainda enfrentando pessoas não quiseram responder a burocracia dos órgãos públicos.

Finalizando o questionamento 35% das famílias entrevistadas não soube responder o quesito: *“Sugestões ou comentários”*, demonstrando que as pessoas não quiseram responder. Contudo 40% consideram o programa como:

“bom” considerando as palavras dos respondentes *“muita coisa melhorou depois que o Bolsa Família começou”;* *“ o programa é bom mas deveria oferecer oportunidade de trabalho para as mães que tem pouco estudo”;* *é “uma boa ajuda e se consegue comprar algo mais”*.

Outros 15% gostariam que o valor do benefício fosse reavaliado. Duas famílias, representando os demais 10% dos entrevistados, gostariam que o programa divulgasse cursos de qualificação profissional e comunicasse as famílias com antecedência sobre a renovação dos cadastros.

A partir da observação dos dados parece-nos que o programa além de não atender àquelas pessoas que mais necessitam, dentre as vinte famílias que está sendo motivo deste estudo, revela que existe uma seleção dos mais pobres entre os pobres. E o mesmo não tem sido eficiente em retirar os beneficiários da situação de pobreza no sentido de que não garante as condições de inclusão desses no mercado de trabalho. Ou de torná-los capazes de produzir formas alternativas dignas de promover seu sustento a partir de seus próprios recursos.

Sob a luz do estudo realizado decorre daí a necessidade de cada região estabelecer seus próprios mecanismos de parâmetros de desenvolvimento, sob pena de buscar eternamente aquilo que outros já alcançaram.

A Presidenta Dilma Rousseff amplia o Programa Brasil Sem Miséria no decorrer do ano de 2013 terá ações nacionais e regionais baseadas em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos (AGÊNCIA ESTADO, 2013)

O desenvolvimento regional atingirá o campo no que tange o aumento da produção dos agricultores; já na cidade, a qualificação da mão de obra e a identificação de oportunidades de geração de trabalhos e renda para os mais pobres, garantindo a população maior acesso aos serviços de água tratada, luz, saúde e moradia.

No Rio Grande do Sul o programa está em fase final de preparação e abrange famílias com crianças até seis anos, isto porque o clima no estado, com invernos rigorosos propicia o surgimento de doenças cardiorrespiratórias, principalmente nesta faixa etária.

6 CONCLUSÃO

Ao analisarmos os dados obtidos com o grupo escolhido para a presente pesquisa e considerando os objetivos propostos para a mesma, podemos dizer que, diante da realidade que vivenciamos, o Programa Bolsa Família atende ao objetivo proposto, que é o alívio imediato da extrema miséria. Porém mantendo-os na linha de pobreza. Tendo a concepção de pobreza como as deficiências de capacidades básicas para que os indivíduos possam atingir níveis minimamente aceitáveis de condições básicas de vida.

Na história do Brasil a partir da década de 70 começou-se a discutir o tema do combate à pobreza e à desigualdade social com a criação de políticas públicas de erradicação da miséria. O Bolsa Família tem características de um programa assistencial, e aponta as necessidades de avançar nas políticas públicas requerendo uma constante avaliação, atualização e ampliação.

Com referencia ao valor do benefício recebido pelos beneficiários do PBF na cidade de Pelota, estes recebem em média R\$ 125, 00, conforme divulgou o jornal Diário Popular, desta cidade, no dia três de março do corrente ano. Em contrapartida os dados dos entrevistados revelaram, no recorte estudado, que esta média é de R\$ 134,00. Este dado prova que o valor pago às famílias dos entrevistados encontra-se acima da média do município.

Em conformidade aos dados colhidos observou-se que o PBF retirando as famílias da linha da miséria e as colocando em situação de pobreza oportunizou as famílias estudadas, uma notável ascensão na qualidade de vida. Pois os relatos identificam que é deste dinheiro recebido que são adquiridos os produtos que integram o “kit escolar”, formado por cadernos, lápis e mochila. E desta maneira os pais ou responsáveis pelas crianças estão atentos a condicionalidade de mantê-los na escola.

Considerando a análise das entrevistas realizadas esta serviu para mensurar o grau de satisfação das famílias, pois consideram o programa como “bom”.

Parece-nos, contudo, que a linha da miséria e pobreza requer a elaboração de um projeto de sociedade que combine Democracia com eficiência econômica e justiça social. O Brasil não é um país pobre, pois conta com uma ampla disponibilidade de recursos para combater a pobreza. Apesar de termos analisado um universo pequeno composto de vinte famílias torna-se necessário o estabelecimento de um pacto social que contemple uma política distributiva mais ampla e justa.

Conjugando as respostas obtidas neste estudo se as pesquisas e análises citadas até aqui estão corretas a luta contra a desigualdade social encontra-se em um estágio avançado na história do País.

Frente ao exposto podemos dizer que o conjunto de efeitos que o programa traz potencializa fatores fundamentais para o desenvolvimento de uma região, mais especificamente a Vila Pestano, onde desenvolvemos nossa pesquisa.

E com todos os limites que o Programa Bolsa Família apresenta é um atrevimento afirmar simplesmente que se trata de um programa de esmolas, populista e eleitoreiro que por acaso, melhora a condição de vida da sociedade. Porém ele se torna um indicador de como um programa pode melhorar a condição de vida da sociedade e, por conseguinte, sendo popular recebe dividendos eleitorais, é óbvio?

Sugerimos que novas pesquisas sejam efetuadas com o intuito de analisar um universo mais abrangente do Programa Bolsa Família na cidade de Pelotas, visto que este estudo apenas limitou-se a fazer uma abordagem minimalista.

REFERENCIAS

AGÊNCIA ESTADO. Brasil Sem Miséria será Ampliado. **Diário Popular**, Pelotas, 20 fev, 2013.

AGÊNCIA ESTADO, Bolsa Família com complemento no Estado. **Diário Popular**, Pelotas, 21 fev 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Governo Federal, 1988, Ed. 2009.

CASTANHA, Brovedan Viviane. **O Programa Bolsa Família, A Intersetorialidade entre a Política de Assistência Social, e as Políticas de Saúde e de Educação**. Florianópolis - SC, 2009.

CORREIA, Márcia – **Pobreza e desigualdade têm múltiplas causas**. Disponível em: <<http://www.metodista.br/cidadania/numero/40>>. Acesso em: 17 dez.2012.

CRESPO, Albernaz Antônio Pedro; GUROVITZ, Elaine – A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional – **RAE- eletrônica**, Volume 1, Numero 2, Jul-Dez/ 2002. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm>>. Acesso em: 08 dez 2012.

DUARTE, Luciana Martines – Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados no Restaurante Escola da Universidade Federal de Pelotas. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2007, Pelotas. **Anais do CIC: UFPEL**, 2007, s.p.

GARCIA, Elaine – **A Estética da Miséria**. Disponível em: <<http://www.dad.puc-rio.br>>. Acesso em: 08 dez. 2012

MARCON, Gilberto Brandão – **A Origem e Importância do Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos>>>. Acesso em: 15 nov. 2012

MICHEL, Maria Helena – **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 36 e 65p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.inclusao.se.gov.br/noticias/46-inclusao-social/3619-ampliacao-do-brasil-carinhoso-tira-81-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-da-miseria>> Acesso em: 29 nov.2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

<<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias>>. Acesso em: 26 out. 2012

PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
SANTAIRENE – 2010.

REIS, Osiris. Ranking expõe os números da pobreza. **Diário Popular**, Pelotas, 03 Mar.2013.

SEBRAE. **Políticas Públicas Conceitos e Práticas**. – Série Políticas Públicas Vol.7,
Contagem, MG, Ed. SEBRAE, 2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo:
Cortez, 2007.

UCPEL- Observatório de Política Social — Programas Sociais – Pelotas RS. Disponível em:
<<http://www.observatorio.ucpel.tche.br/publicacao/78>>. Acesso em: 19 nov. 2012